



PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL – ESTADO DO PARANÁ

AV. BRASIL, 883 - CENTRO

CEP: 87980-000

FONE: (44) 3436-1659

CAIXA POSTAL 11

www.itaunadosul.pr.leg.br

contato@itaunadosul.pr.leg.br

PARECER JURÍDICO

1. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei nº 028/2022 de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal visando a aplicar à carreira do magistério, reajuste adicional de 6,5% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento), visando a adequação do piso nacional do magistério e dá outras providências.

O projeto de lei encontra-se acompanhado do Ofício nº 086/2021, Relatório de Gestão Fiscal, Mensagem do Senhor Prefeito Municipal e Anexos.

É o breve relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

De início, observa-se o interesse local visto que compete ao Município estruturar os seus cargos e estabelecer os critérios e requisitos de admissão de seus servidores públicos. Assim, cumpre com os requisitos de constitucionalidade estabelecidos pelo Art. 30, inciso I, da CF/88.

Outrossim, observa-se o fiel cumprimento dos requisitos impostos pelo Art. 61, §1º, da CF/88 e Art. 47 da Lei Orgânica Municipal, pois o Projeto de Lei é oriundo do Senhor Prefeito Municipal.

No que tange ao juízo de legalidade, respeitou-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, visto que é acompanhado do Relatório de Gestão Fiscal que demonstra a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; e a Mensagem detém declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira



PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL – ESTADO DO PARANÁ

AV. BRASIL, 883 - CENTRO

CEP: 87980-000

FONE: (44) 3436-1659

CAIXA POSTAL 11

www.itaunadosul.pr.leg.br

contato@itaunadosul.pr.leg.br

com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Ademais, os limites de despesa com pessoal encontram-se adequados com as diretrizes estabelecidas na LC 101/00.

A respeito do mérito, caberá aos nobres Edis analisarem o juízo de conveniência e oportunidade, posto que este parecer é de cunho estritamente jurídico.

3. PARECER

Em análise, de cunho estritamente jurídico, constatou-se que o Projeto de Lei nº 028/2022 encontra-se em conformidade com as normas estabelecidas na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e na Lei Complementar nº 101/00, pelas razões acima descritas, sendo este um parecer técnico, de cunho jurídico, que de modo algum vincula o plenário da Casa de Leis ou o julgamento a ser realizado pelos egrégios vereadores.

É o parecer

Sala da Assessoria Jurídica

Itaúna do Sul - PR, 21 de julho de 2022

Luís Otávio dos Santos Mazurek

Procurador Jurídico

OAB-PR 105.784